

4º DOMINGO APÓS EPIFANIA

01 DE FEVEREIRO DE 2026

MATEUS 5.1-12

1 ENCONTRANDO O TEMA PRINCIPAL

As leituras designadas para o Quarto Domingo após Epifania apresentam uma unidade temática clara, ainda que construída a partir de textos provenientes de contextos históricos, literários e teológicos distintos. Em todos eles emergem, de forma explícita ou implícita, a pergunta a respeito da possibilidade de viver diante de Deus. Não se trata apenas de uma questão ética ou cultural, mas de uma pergunta profundamente soteriológica: quem pode permanecer na presença do Deus santo e participar de seu Reino? Ao longo das leituras, essa pergunta é formulada, aprofundada, tensionada e, finalmente, respondida a partir do agir gracioso de Deus.

1.1 Salmo 15

O Salmo 15 introduz essa questão de maneira direta. Sua pergunta inicial — “Senhor, quem habitará no teu tabernáculo? Quem poderá morar no teu santo monte?” — pressupõe que a presença de Deus não é algo trivial ou automático. Habitar no tabernáculo e permanecer no monte santo significam viver sob a proximidade, a proteção e o governo do Senhor. A resposta do salmo descreve uma vida marcada por integridade, justiça, verdade no falar, fidelidade nos relacionamentos e

responsabilidade ética. Trata-se de uma descrição concreta e abrangente da existência humana diante de Deus e do próximo.

Contudo, essa resposta não deve ser lida como um caminho de acesso à presença divina, mas como a revelação da vontade santa de Deus. O salmo exerce, assim, predominantemente a função teológica da Lei. Ele revela o que corresponde à vida diante de Deus e, ao mesmo tempo, expõe a distância entre esse padrão e a realidade humana. Em vez de oferecer segurança, o Salmo 15 inquieta a consciência e mantém aberta a pergunta que ele mesmo levanta: quem, de fato, pode afirmar que vive dessa maneira?

1.2 Miqueias 6.1-8

Essa inquietação é aprofundada no texto de Miqueias 6.1–8, onde o Senhor entra em juízo contra o seu próprio povo. Deus convoca os montes e os fundamentos da terra como testemunhas e relembra sua fidelidade histórica: a libertação do Egito, a condução pelo deserto, a preservação do povo diante de seus inimigos. O problema, portanto, não está na ausência do agir divino, mas na infidelidade humana.

A resposta do povo revela uma religiosidade moldada pela lógica da compensação. A pergunta “Com que me apresentarei ao Senhor?” é seguida por uma escalada de sacrifícios cada vez mais custosos, culminando na possibilidade extrema do sacrifício do primogênito. Essa progressão evidencia a tentativa humana de transformar a relação com Deus em uma transação religiosa. A resposta divina, porém, rejeita essa lógica. O Senhor afirma que já revelou o que é bom: praticar a justiça, amar a misericórdia e andar humildemente com Deus.

Entretanto, assim como o Salmo 15, esse texto não oferece uma alternativa soteriológica baseada nas obras. Ao contrário, ele aprofunda a exigência da Lei ao deslocá-la do âmbito do culto para a totalidade da vida. O resultado não é alívio, mas maior clareza acerca da incapacidade humana de cumprir plenamente a vontade de

Deus. O texto, assim, prepara o caminho para a necessidade de uma ação salvadora que venha do próprio Senhor.

1.3 1 Coríntios 1.18-31

Essa ação é anunciada na epístola de 1 Coríntios 1.18–31. Paulo escreve a uma comunidade marcada por divisões e por uma compreensão distorcida da sabedoria e do poder. Em resposta, o apóstolo proclama a palavra da cruz como o critério fundamental para compreender o agir de Deus. Aquilo que o mundo considera loucura e escândalo é, na verdade, o poder e a sabedoria de Deus para a salvação.

Paulo afirma que Deus escolheu o que é fraco, o que é desprezado e o que nada é, para que ninguém se glorie diante d’ele. No centro dessa argumentação está a confissão de que Cristo se tornou, para nós, justiça, santificação e redenção. A justiça que vale diante de Deus não é produzida pelo ser humano, mas concedida por Deus em Cristo. Assim, a pergunta do Salmo encontra sua resposta: pode permanecer diante de Deus aquele que vive da justiça que Deus mesmo concede.

À luz dessas leituras, o Evangelho de Mateus 5.1–12 deve ser compreendido não como um novo código moral ou como um ideal ético elevado, mas como a proclamação da realidade do Reino de Deus inaugurado por Cristo. As bem-aventuranças declaram bem-aventurados não os espiritualmente bem-sucedidos, mas aqueles que nada têm para apresentar diante de Deus e vivem exclusivamente da graça.

O tema que emerge do conjunto das leituras pode ser assim formulado: diante da santidade de Deus, o ser humano não vive da justiça própria, mas da justiça que Deus concede em Cristo.

2 APROFUNDANDO NO TEXTO DE MATEUS 5.1–12

O texto de Mateus 5.1–12 ocupa uma posição decisiva dentro do Evangelho. Ele inaugura o Sermão do Monte e estabelece o horizonte teológico a partir do qual todo o ensino subsequente de Jesus deve ser compreendido. Dr. Gibbs explica que as bem-aventuranças não são um preâmbulo retórico nem uma coleção de máximas espirituais, mas uma proclamação densa da realidade do Reino de Deus que irrompe na pessoa e na obra de Cristo.

O cenário narrativo já aponta nessa direção. Jesus vê as multidões, sobe ao monte e se assenta para ensinar. A subida ao monte remete deliberadamente à tradição do Sinai e à revelação da vontade de Deus no Antigo Testamento. Contudo, a continuidade com Moisés não deve obscurecer a ruptura fundamental: Jesus não transmite uma Lei recebida, mas fala a partir de sua própria autoridade. Ele não diz “assim diz o Senhor”, mas proclama o Reino a partir de si mesmo. Isso confere às bem-aventuranças um caráter revelatório, e não meramente instrutivo.

A forma literária das bem-aventuranças é igualmente significativa. A expressão “bem-aventurados” não introduz exigências ou imperativos, mas declarações. Trata-se de palavras performativas, isto é, palavras que realizam aquilo que anunciam. Jesus não convoca seus ouvintes a se tornarem bem-aventurados mediante determinado comportamento; ele declara bem-aventurados aqueles que se encontram em situações que, aos olhos do mundo, não seriam consideradas dignas de felicitação. Essa inversão já revela a lógica própria do Reino de Deus, que se manifesta sob a contradição da cruz.

Nesse sentido, as bem-aventuranças devem ser lidas primordialmente como Evangelho. Elas anunciam o agir gracioso de Deus em favor daqueles que nada têm para apresentar diante dele. Qualquer tentativa de lê-las como um novo código moral ou como uma lista de virtudes cristãs inevitavelmente transforma o texto em Lei e o esvazia de sua função consoladora. Gibbs enfatiza que as bem-aventuranças não descrevem um ideal espiritual a ser alcançado, mas a realidade daqueles que vivem sob o governo gracioso de Deus.

A primeira bem-aventurança estabelece o fundamento de todas as demais. A pobreza em espírito não designa uma atitude psicológica ou uma virtude ascética, mas a condição daquele que reconhece sua falência diante de Deus. Trata-se do colapso da justiça própria. O pobre em espírito é aquele que não dispõe de recursos espirituais, méritos ou argumentos com os quais possa se apresentar diante de Deus. Justamente a esse pertence o Reino dos Céus. A promessa é formulada no presente, indicando que o Reino não é apenas uma esperança futura, mas uma realidade já concedida. Aqui se encontra, de forma implícita, o núcleo da doutrina da justificação: Deus concede o Reino àqueles que nada têm a oferecer.

As bem-aventuranças seguintes aprofundam essa realidade fundamental. O choro não deve ser reduzido a sofrimento emocional genérico. Ele expressa o lamento diante da realidade do pecado, da culpa e da morte, tanto na própria vida quanto no mundo. Trata-se de um choro que nasce do confronto com a santidade de Deus e com a condição humana decaída. O consolo prometido não é superficial, mas enraizado na ação salvífica de Deus, antecipada na absolvição e consumada na esperança da ressurreição.

A mansidão, por sua vez, descreve uma existência que renuncia à violência, à autopromoção e à imposição da própria vontade como meios de garantir a própria vida. O manso vive da promessa e não da conquista. A promessa de herdar a terra aponta para a fidelidade de Deus e para a esperança escatológica da nova criação. Herdar não é tomar, mas receber.

A fome e sede de justiça expressam uma necessidade vital. A justiça aqui não se limita à dimensão ética ou social, embora as inclua. Trata-se, sobretudo, da justiça diante de Deus, da relação correta que o ser humano não possui por si mesmo. A bem-aventurança não louva os que se consideram justos, mas aqueles que reconhecem sua carência e anseiam por uma justiça que lhes falta. A promessa de saciedade aponta para a justiça concedida por Deus em Cristo, e não para uma justiça produzida pelo esforço humano.

A partir desse ponto, as bem-aventuranças passam a descrever mais claramente os frutos da relação com Deus. Misericórdia, pureza de coração e disposição para promover a paz não aparecem como condições para a salvação, mas como consequências da graça recebida. Quem vive da misericórdia de Deus passa a refletir essa misericórdia no trato com o próximo. O coração puro não é o coração moralmente impecável, mas o coração não dividido, que confia exclusivamente em Deus. O pacificador participa da própria obra reconciliadora de Deus, que em Cristo reconcilia consigo o mundo.

As bem-aventuranças finais conduzem o texto ao seu clímax teológico. A perseguição por causa da justiça e por causa de Cristo insere os discípulos na lógica da teologia da cruz. O Reino de Deus não se manifesta na ausência de conflito, mas na fidelidade de Deus em meio à oposição. A repetição da promessa — “deles é o Reino dos Céus” — cria um arco teológico que conecta o início e o fim do texto. O Reino pertence aos pobres em espírito e aos perseguidos, isto é, àqueles que nada têm além da promessa.

Assim, Mateus 5.1–12 revela que o Reino de Deus se manifesta de modo paradoxal. Ele não pertence aos fortes, aos bem-sucedidos ou aos espiritualmente autossuficientes, mas àqueles que vivem da graça. As bem-aventuranças não descrevem o caminho para o Reino, mas a realidade daqueles que já foram alcançados por ele em Cristo.

3 O QUE EU PREGARIA?

A pregação deste domingo deve acompanhar o movimento das leituras: da exigência da Lei ao consolo do Evangelho, da pergunta inquietante à resposta graciosa de Deus.

Tema do sermão: Quem pode viver diante de Deus?

Introdução: A pergunta que não nos abandona

A introdução pode partir de uma experiência universal: a sensação de insuficiência. Mesmo quando cumprimos deveres, seguimos regras ou fazemos o que é esperado, permanece a impressão de que nunca é o bastante. Essa experiência se manifesta na vida profissional, familiar e também na vida religiosa. Diante de Deus, essa sensação se intensifica, ainda que nem sempre seja verbalizada.

É exatamente essa inquietação que o Salmo 15 coloca em palavras: “Senhor, quem habitará no teu tabernáculo?” A pergunta não é teórica, mas existencial. Ela não busca informação, mas revela angústia. Quem pode permanecer diante do Deus santo sem ser rejeitado? A partir dessa pergunta, a pregação conduz a comunidade por um caminho que atravessa a exigência da Lei e desemboca no consolo do Evangelho.

3.1 A seriedade da santidade de Deus (Salmo 15; Miqueias 6.1–8)

Neste primeiro movimento, o sermão permite que a Lei fale com toda a sua seriedade. O Salmo 15 descreve a vida que corresponde à presença de Deus: integridade, justiça, verdade no falar, fidelidade nas relações. Não se trata de ideais abstratos, mas de uma existência concreta, pública e relacional. O problema não está no conteúdo da descrição, mas em nossa incapacidade de cumpri-la plenamente.

Miqueias 6 aprofunda essa realidade ao expor a religiosidade que tenta substituir a fidelidade por compensações. O povo pergunta o que deve oferecer a Deus, como se fosse possível equilibrar uma balança espiritual. A resposta divina rejeita essa lógica e desloca a exigência para a totalidade da vida: justiça, misericórdia e humildade diante de Deus.

Aqui a pregação deve resistir à tentação de suavizar o texto. A Lei não é proclamada para oferecer caminhos de melhoria moral, mas para revelar a verdade

sobre nós mesmos. Diante da santidade de Deus, nossas tentativas religiosas, éticas ou espirituais se mostram insuficientes.

Sugestão de ilustração: alguém que tenta limpar um vidro sujo apenas passando a mão — quanto mais esfrega, mais percebe a sujeira.

3.2 A falência da justiça e da sabedoria humanas (1 Coríntios 1.18–31)

O segundo movimento aprofunda o diagnóstico. Mesmo quando o ser humano reconhece sua insuficiência, tende a buscar soluções em sua própria capacidade: mais conhecimento, mais esforço, mais espiritualidade, mais desempenho religioso. Paulo desmonta essa lógica ao afirmar que Deus escolheu o que é fraco, desprezado e aparentemente insignificante.

A cruz revela que a sabedoria humana não é apenas insuficiente, mas equivocada. O Deus verdadeiro não se revela onde esperamos encontrá-lo. Ele se revela na fraqueza, no sofrimento e na entrega de Cristo. Toda vanglória é excluída. O ser humano não pode se apresentar diante de Deus com currículo espiritual, pois aquilo que salva não nasce do ser humano.

Aqui a pregação pode evidenciar que tanto o orgulho religioso quanto o desespero espiritual nascem da mesma raiz: a tentativa de viver da justiça própria. A palavra da cruz interrompe essa lógica e abre espaço para a fé.

Sugestão de ilustração: uma escada encostada na parede errada — por mais que se suba, nunca se chega ao destino.

3.3 O Reino que se recebe pela graça (Mateus 5.1–12)

No terceiro movimento, o Evangelho é proclamado em sua plenitude. As bem-aventuranças são apresentadas não como exigências, mas como declarações. Jesus

não diz quem deveria ser bem-aventurado, mas quem é bem-aventurado segundo o Reino de Deus.

Os pobres em espírito são aqueles que nada têm para apresentar. Os que choram são aqueles que reconhecem a realidade do pecado e da morte. Os mansos são aqueles que renunciam à violência e à autopromoção. Os que têm fome e sede de justiça são aqueles que sabem que lhes falta aquilo que realmente importa. A todos esses Jesus declara: o Reino dos Céus é de vocês.

Aqui é essencial destacar que Cristo não apenas proclama essas palavras, mas as vive. Ele se faz pobre, assume o sofrimento, rejeita o poder violento, carrega o pecado do mundo e sofre perseguição até a cruz. Assim, ele não apenas anuncia o Reino, mas o concede.

A pregação deve enfatizar que o cristão não vive tentando tornar-se digno do Reino dos Céus, mas vive porque o Reino já lhe foi dado em Cristo. As bem-aventuranças são palavras que criam fé, não metas que geram fardos impossíveis de se carregar.

Sugestão de ilustração: mãos vazias estendidas para receber um presente — somente mãos vazias conseguem receber.

3.4 A vida que brota da graça (frutos da graça)

Somente após o anúncio pleno do Evangelho é que se pode falar da vida cristã. Misericórdia, pureza de coração, disposição para promover a paz e perseverança em meio à oposição não são condições para o Reino dos Céus, mas frutos dele. Essas atitudes não nascem da obrigação, mas da gratidão.

O cristão vive no mundo ainda marcado pela cruz. A perseguição e o conflito não são sinais do abandono de Deus, mas da participação na história de Cristo. A promessa final sustenta a esperança: “Grande é a vossa recompensa nos céus.”

Aqui a aplicação pastoral pode consolar especialmente aqueles que experimentam fragilidade, rejeição ou cansaço na fé, lembrando que o Reino não lhes pertence apesar disso, mas justamente no meio disso.

3.5 Conclusão: A pergunta respondida

O sermão pode concluir retomando a pergunta inicial: quem pode viver diante de Deus? A resposta não está em nós, mas em Cristo. Ele é o único que viveu plenamente diante do Pai e, por isso, nos conduz à presença de Deus. A comunidade é enviada a viver não da ansiedade da performance espiritual, mas da confiança na graça que sustenta, perdoa e renova. Em Cristo, somos bem-aventurados.

Rev. Richard Henry Pieper

Rondon do Pará, PA